



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6664

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 29/05/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 162/2007. Altera a Lei nº 3.462, de 19/10/2005, que dispõe sobre a doação de lotes de propriedade do município à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB e/ou à famílias de baixa renda, para a construção e venda de imóveis no loteamento Village do Lago III. (Programa Lares Gerais). (Referente à Lei nº 3.756, de 20/06/2007).

Controle Interno – Caixa: 16.3 **Posição:** 26 **Número de folhas:** 09

Espécie: PL
Categoria: modificação
nº: 16.3
Ordem: 26
nº fls.: 07



74/2007

12.06.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **162**/2007

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 3.462, de 19 de outubro de 2005.

MOVIMENTO

Entrada em – 29/05/2007

Comissão de Legislação e Justiça

- 1 -
- 2 - *A MOVIMENTO REGIME DE URGÊNCIA EM 12-06-2007*
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

PROCURADORIA JURÍDICA



As Comissões
2-1-2007
PROJETO DE LEI Nº 162 /2.007

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.462, DE 19 DE OUTUBRO DE 2.005.

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O inc. XI, do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, de 19 de outubro de 2.005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. (...)

§1º. (...)

(...)

XI- Lotes 01 a 30 – da quadra 28”.

Art. 2º. Acrescentam-se os seguintes incisos ao §1º, do art. 1º, da Lei nº 3.462, de 19 de outubro de 2.005:

“Art. 1º. (...)

§1º. (...)

(...)

XII- Lotes 16 a 30 – da quadra 29;

XIII- Lotes 1 a 30 – da quadra 30;

XIV- Lotes 01 a 30 – da quadra 32.”

Art. 3º. Os demais artigos da Lei nº 3.462, de 19 de outubro de 2.005, permanecem inalterados.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros, 17 de maio de 2.007

Athos Avelino Pereira
Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 24 DE MAIO DE 2007
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 12 DE JUNHO DE 2007
PRESIDENTE



Município de Montes Claros
Procuradoria Jurídica



LEI Nº 3.462 19 DE OUTUBRO DE 2.005

DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB-MG E/OU A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

O Povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB-MG e/ou às pessoas de baixa renda residente no Município de Montes Claros, que serão por ele selecionadas e classificadas para o recebimento do benefício, os imóveis não edificadas que servirão de uso exclusivo de residência e moradia dessas famílias, imóveis esses situados neste Município, no loteamento denominado “VILAGE DO LAGO III”.

§ 1º. Os lotes objeto da doação referida no *caput* deste artigo, são os abaixo discriminados:

- I – Lotes 02 a 31 – da quadra 01;
- II- Lotes 01 a 34 – da quadra 02;
- III- Lotes 18 a 26 – da quadra 03;
- IV- Lotes 01 a 29 – da quadra 16;
- V- Lotes 01 a 29 – da quadra 17;
- VI- Lotes 01 a 29 – da quadra 18;
- VII- Lotes 01 a 28 – da quadra 19;
- VIII- Lotes 01 a 28 – da quadra 20;
- IX- Lotes 01 a 28 – da quadra 21;
- X- Lotes 01 a 30 – da quadra 27;
- XI- Lotes 01 a 26 – da quadra 28.

§ 2º. Os memoriais descritivos dos imóveis doados no loteamento municipal “Village do Lago III” do Município de Montes Claros – MG, para o Programa Lares Gerais, são parte integrante desta Lei, conforme consta no Anexo I.

Art. 2º - Nos imóveis cuja doação ora é autorizada deverá ser erigido pela COHAB-MG um empreendimento habitacional cujas unidades residenciais deverão ser vendidas às famílias de baixa renda referidas no artigo anterior de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação.

mi





Município de Montes Claros
Procuradoria Jurídica



Parágrafo Único. Os serviços e obras de infra-estrutura necessários à urbanização da área, de responsabilidade do Município, deverão ter o cronograma de execução adequado ao cronograma das obras de implantação das unidades habitacionais do empreendimento.

Artigo 3º. A doação de que trata a presente lei será revogada, revertendo-se os imóveis ao Patrimônio Municipal, se ocorrer qualquer das seguintes situações:

I - Se não for construída ou edificada em cada imóvel objeto da doação a unidade residencial no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da publicação desta lei;

II - Se os beneficiários não mantiverem os imóveis na mais perfeita segurança, mantendo-os em boas condições de higiene e limpeza e em perfeito estado de conservação, ficando desde já estabelecido que, em havendo a sua reversão ao Patrimônio Municipal, não terão eles direitos a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão incorporadas, desde logo, aos bens;

III - Se os beneficiários finais não se responsabilizarem a partir do recebimento dos imóveis, pelo pagamento de impostos e taxas devidos e sobre eles incidentes, bem como das contas de luz, água, esgotamento sanitário, telefone e outras, além de todas as despesas decorrentes de uso dos imóveis;

IV - Se não se responsabilizarem por todas as despesas decorrentes da instalação dos equipamentos que se tornarem necessários nos imóveis, assim como pelas despesas decorrentes de reparos que vierem a ser feitos nos mesmos imóveis em função da sua utilização;

V - Se não empenharem, mesmo em caso de força maior, ou caso fortuito, pela salvação dos bens doados;

VI - Se repassarem a doação, transferirem, locarem, cederem ou emprestarem o imóvel a outrem sob qualquer pretexto ou, ainda, alterarem a destinação do imóvel, sem autorização do Município de Montes Claros;

VII - Se utilizarem o imóvel para fins comerciais ou qualquer atividade ilícita.

Art. 4º. Fica o Município de Montes Claros autorizado a substituir os beneficiários da presente lei, sempre que houver interesse público e sempre que for necessário adequar as diretrizes habitacionais estabelecidas pelo Poder Executivo.

hi





Município de Montes Claros
Procuradoria Jurídica



Art. 5º. Fica dispensado o procedimento licitatório para as doações ora autorizadas, tendo em vista estar claramente demonstrado o seu caráter social.


Art. 6º. Fica atribuído a cada unidade imobiliária objeto desta lei, o valor fiscal de R\$1.050,00 (hum mil e cinquenta reais).

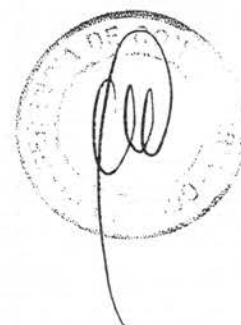
Art. 7º. Aos empreendimentos habitacionais previstos nesta Lei serão concedidos incentivos fiscais, conforme dispuser o Código Tributário Municipal.

Art. 8º. Fica aprovado o convênio firmado pelo Poder Executivo e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB-MG, nos termos do inciso VIII do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 19 de outubro de 2005.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.
PROCURADORIA JURÍDICA



Montes Claros, 17 de maio de 2007

Ofício nº: PJ/046/2007

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa o incluso Projeto de Lei que pretende “alterar a Lei Municipal nº 3.462, de 19 de outubro de 2.005”, visando doação de terreno para construção de casas populares.

Na certeza de que o Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa. e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 162/2007 QUE “Altera a Lei Municipal nº 3.462, de 19 de outubro de 2005”, de autoria do Executivo Municipal.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, posto que compete ao Executivo a iniciativa de Leis que versem sobre bens municipais, inclusive sua doação, sendo certo que o presente projeto tem como objetivo a alteração de lei já aprovada.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 30 de maio de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 162/2007

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Altera a Lei Municipal nº 3.462, de 19 de outubro de 2005.

I- RELATÓRIO

O Projeto, em análise, de autoria do Executivo Municipal "Altera a Lei Municipal nº 3.462, de 19 de outubro de 2005."

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 29/05/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 30/05/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo alterar a Lei Municipal nº 3.462 de 19 de outubro de 2005, que dispõe sobre "Doação de imóveis de propriedade do Município à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB – MG e ou a Famílias de Baixa renda do Município.

Com a alteração prevista, o Município pretende doar às instituições mencionadas, nas condições que especifica, os lotes 01 a 30 da quadra 28, os lotes 16 a 30 da quadra 29, o lotes 1 a 30 da quadra 30 e os lotes 01 a 30 da quadra 32.

Como compete ao Poder Executivo administrar os bens públicos, bem como a sua disposição, observando para tanto os princípios constitucionais, esta Comissão entende que tanto a alteração da Lei quanto a doação de imóveis previstas no referido projeto não ferem normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 04/06/ 2007.

Presidente -Ver. Sebastião Ildeu Maia:

Vice-Presidente- Ver. Ademar de Barros Bicalho:

Relator- Ver. Eurípedes Xavier Souto